2 — O procedimento concursal é aberto por aviso publicitado do seguinte modo:

- a) Por aviso publicitado na 2.ª Série do *Diário da República*;
- b) Em local apropriado das instalações das escolas que integram o Agrupamento Vertical de Escolas de Sines, nomeadamente na EB1/JI de Sines, EB1/JI n.º 1 de Sines e EB1/JI de Porto Covo e EB2,3 Vasco da Gama, em Sines;
- c) Na página electrónica da Escola (<http://eb23sines.googlepages.com/>);
- d) Na página electrónica da Direcção Regional de Educação do Alentejo;
- e) Num jornal de expansão nacional.

3 — As candidaturas devem ser formalizadas no prazo de 10 dias úteis, após a publicação do presente aviso no *Diário da República*, podendo ser entregues pessoalmente nos Serviços Administrativos da escola-sede do Agrupamento — Escola Básica dos 2.º e 3.º ciclos Vasco da Gama, Rua da Reforma Agrária, 7520-902, Sines, ou enviadas por correio registado, com aviso de recepção, expedido até ao termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas, em envelope fechado rubricado na zona de fecho.

4 — O pedido de admissão é formalizado mediante requerimento, dirigido à Presidente do Conselho Geral Transitório, em modelo próprio disponibilizado na página electrónica do Agrupamento (<http://eb23sines.googlepages.com/>) e nos Serviços Administrativos:

a) Deve ser acompanhado dos seguintes elementos, sob pena de exclusão:

- i) *Curriculum vitae* detalhado, datado, assinado e actualizado, onde constem, respectivamente, as habilitações literárias, a formação profissional que possui, as funções que tem exercido;
- ii) Projecto de Intervenção na Escola, contendo Identificação de Problemas; Definição de objectivos/ estratégias; Programação das actividades a realizar no mandato;
- iii) Fotocópia do Bilhete de Identidade e do Número de Identificação Fiscal ou do Cartão de Cidadão;

b) Os candidatos podem ainda indicar quaisquer outros elementos, devidamente comprovados, que considerem ser relevantes para apreciação do seu mérito;

c) A prova documental dos elementos constantes no *curriculum vitae*, é obrigatória, sob pena de não serem considerados, com excepção daqueles que se encontrem arquivados no respectivo processo individual e este se encontre na escola onde decorre o procedimento.

5 — As candidaturas são apreciadas por uma Comissão especialmente designada pelo Conselho Geral Transitório, que doravante aparecerá designada por “Comissão”:

a) Previamente à apreciação das candidaturas, a Comissão procede ao exame dos requisitos de admissão ao concurso, excluindo os candidatos que os não tenham cumprido, sem prejuízo da aplicação do artigo 76.º do Código do Procedimento Administrativo;

b) Será elaborada, e afixada pelos meios previstos nas alíneas a) e b) do número 1 do artigo 2.º, a lista provisória dos candidatos admitidos e dos candidatos excluídos a concurso, no prazo de 10 dias úteis após a data limite de apresentação das candidaturas;

c) A Comissão procede à apreciação das candidaturas de acordo com o estabelecido no número 3 do artigo 7.º da Portaria 604/2008, especificamente:

- i) A análise do *Curriculum Vitae* de cada candidato, visando apreciar a sua relevância para o exercício de funções de Director e o seu mérito;
- ii) A análise do Projecto de Intervenção no Agrupamento, com o intuito de avaliar a relevância de tal projecto e a coerência entre os problemas diagnosticados, as estratégias de intervenção propostas e os recursos a mobilizar para o efeito;
- iii) O resultado da entrevista individual realizada com o candidato, para aprofundar aspectos relativos às alíneas a) e b) deste número, apreciar as motivações da candidatura e verificar se a fundamentação das propostas é adequada à realidade do Agrupamento.

d) Os candidatos admitidos serão de imediato contactados via correio da data, hora e local da respectiva entrevista.

6 — Após a entrega do relatório de avaliação, por parte da Comissão, ao Conselho Geral Transitório, este realiza a sua discussão e apreciação, podendo, antes de proceder à eleição, efectuar a audição dos candidatos:

a) A notificação da realização da audição do candidato e a respectiva convocatória, são feitas com a antecedência de, pelo menos, oito dias úteis.

7 — Após a discussão e apreciação do relatório e a eventual audição dos candidatos, o Conselho Geral Transitório procede à eleição do director, considerando-se eleito o candidato que obtenha maioria absoluta dos votos dos membros do Conselho Geral Transitório em efectividade de funções:

a) No caso de nenhum candidato sair vencedor, nos termos do número anterior, o Conselho Geral Transitório reúne novamente, no prazo máximo de cinco dias úteis, para proceder a novo escrutínio, ao qual são apenas admitidos os dois candidatos mais votados na primeira eleição e sendo considerado eleito aquele que obtiver maior número de votos, desde que respeitado o quórum legal e regulamentarmente exigido para que o Conselho Geral Transitório possa deliberar;

b) Após a conclusão do procedimento concursal, o Conselho Geral Transitório elabora a lista definitiva, sendo o primeiro da lista eleito como director.

8 — A lista é publicitada pelos meios previstos nas alíneas b) e c) do número 2, e dela é dado conhecimento ao candidato eleito através de correio registado com aviso de recepção, no dia útil seguinte ao da tomada de decisão do Conselho Geral Transitório.

9 — O resultado da eleição do director é homologado pelo Director Regional da Educação do Alentejo nos 10 dias úteis posteriores à sua comunicação pelo Presidente do Conselho Geral Transitório, considerando-se após esse prazo tacitamente homologado.

10 — O director toma posse perante o Conselho Geral Transitório nos 30 dias subsequentes à homologação dos resultados eleitorais pelo Director Regional da Educação do Alentejo.

11 — Enquadramento Legal — A legislação subsidiária inerente a este regulamento é o Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril, a Portaria n.º 604/2008, de 9 de Julho, e o Código do Procedimento Administrativo.

Aprovado em reunião plenária do Conselho Geral Transitório do Agrupamento Vertical de Escolas de Sines datada de 27 de Março de 2009.

27 de Março de 2009. — A Presidente do Conselho Geral Transitório, *Maria Manuela Gomes Ramos*.

201630849

Agrupamento de Escolas de Torrão

Aviso n.º 7675/2009

Nos termos do disposto no artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril, e no artigo 5.º, da Portaria n.º 604/2008, de 9 de Julho, torna-se público, que se encontra aberto concurso para provimento do lugar de Director do Agrupamento de Escolas do Torrão, concelho de Alcácer do Sal, pelo prazo de 15 dias úteis, a contar do dia seguinte ao da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

1 — Os requisitos de admissão ao concurso são os estipulados nos pontos 3 e 4 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril, e no artigo 2.º da Portaria n.º 604/2008, de 9 de Julho.

2 — As candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento, dirigido ao Presidente do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas do Torrão, podendo ser entregues pessoalmente nos Serviços Administrativos da Escola sede do Agrupamento, Escola EB 2,3 Bernardim Ribeiro, Largo São Francisco n.º 6, 7595-102 Torrão, das 9h 00m às 17h 30m, ou enviadas pelo correio registado com aviso de recepção, expedido até ao termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas.

3 — Do requerimento deverão constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa: nome, filiação, estado civil, naturalidade, data de nascimento, número do Bilhete de Identidade e respectiva data de emissão, validade e arquivo de identificação ou cartão de cidadão e respectivo número e validade, número de identificação fiscal, naturalidade, residência, código postal e contactos telefónicos;

b) Habilitações literárias e situação profissional;

c) Identificação do lugar a que se candidata, referenciando o número do aviso e a respectiva data de publicação no *Diário da República*.

4 — Os requerimentos de admissão deverão ser acompanhados da seguinte documentação, devidamente comprovada, sob pena de exclusão:

a) *Curriculum Vitae* detalhado, datado e assinado, contendo todas as informações consideradas pertinentes, nomeadamente habilitações literárias, funções exercidas e formação profissional que os candidatos possuem;

b) Projecto de intervenção relativo à Escola contendo a identificação dos problemas, definição de objectivos e estratégias e a programação das actividades que se propõem realizar no mandato;

- c) Declaração autenticada do serviço de origem, onde conste a categoria, vínculo e tempo de serviço;
- d) Fotocópia do Bilhete de Identidade e do Número Fiscal de Contribuinte ou do Cartão de Cidadão;
- e) Fotocópia dos certificados de formação profissional realizada;
- f) Fotocópia do Bilhete de Identidade e do Número Fiscal de Contribuinte.

5 — Os candidatos podem ainda indicar quaisquer outros elementos, devidamente comprovados, que considerem ser relevantes para apreciação das suas candidaturas.

6 — É obrigatória a prova documental dos elementos constantes do currículo, com excepção daqueles que se encontrem arquivados no respectivo processo individual e este se encontre no Agrupamento de Escolas do Torrão onde decorre o procedimento.

7 — Os métodos de selecção são os seguintes:

- a) Análise do Curriculum Vitae visando apreciar a sua relevância para o exercício das funções de Director e o seu mérito;
- b) Análise do Projecto de Intervenção no Agrupamento de Escolas, visando apreciar a coerência entre os problemas diagnosticados e as estratégias de intervenção propostas;
- c) Entrevista individual aos candidatos, visando apreciar uma relação interpessoal objectiva e sistemática, as capacidades e o perfil necessário às exigências do cargo a que se candidata.

8 — Resultado do processo concursal para admissão de candidatas à eleição do Director: as listas dos candidatos admitidos e excluídos serão afixados na Escola, em local adequado, no prazo de 10 dias úteis após a data limite da apresentação das candidaturas.

31 de Março de 2009. — A Presidente do Conselho Geral, *Eva Paula Rodrigues Fernandes Gonçalves*.

201627763

Direcção Regional de Educação do Algarve

Despacho (extracto) n.º 9674/2009

Por despachos de 31/12/2008 e de 26/03/2009, respectivamente, do Senhor Director Regional Adjunto de Educação do Alentejo e do Senhor Director Regional Adjunto de Educação do Algarve:

Hortelinda Maria Guinapo Leandro Monteiro Bretoldo — autorizada a transferência da Chefe de Serviços de Administração Escolar do Quadro de Vinculação do Distrito Beja, para o Quadro de Vinculação do Distrito de Faro, nos termos do artigo 4.º, da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, com efeitos a 31/12/2008. Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.

27 de Março de 2009. — A Chefe da Equipa Multidisciplinar de Apoio à Gestão e Modernização das Escolas, *Aurora Correia Martins*.

201628905

Agrupamento Vertical de Escolas Dr. João Lúcio

Aviso n.º 7676/2009

Nos termos do disposto nos artigos 21.º e 22.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril, e no n.º 5 da Portaria n.º 604/2008, de 9 de Julho, torna-se público que se encontra aberto concurso para provimento do lugar de Director do Agrupamento Vertical de Escolas Dr. João Lúcio, em Bías do Sul, pelo prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do dia seguinte ao da publicação do presente Aviso no *Diário da República*:

1 — Os requisitos de admissão ao concurso são fixados nos n.ºs 3 e 4 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril, e no artigo 2.º da Portaria n.º 604/2008, de 9 de Julho.

2 — As candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento, em modelo próprio, disponibilizado na página electrónica do Agrupamento (<http://www.vjoaoalucio.com>) e nos serviços administrativos, dirigido à Presidente do Conselho Geral Transitório do Agrupamento Vertical de Escolas Dr. João Lúcio, podendo ser entregue, pessoalmente, nos Serviços de Administração Escolar da Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Dr. João Lúcio, Bías do Sul, 8700-067 Moncarapacho, entre as 09H00 e as 16H00, ou remetido por correio registado com aviso de recepção, expedido até ao termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas.

3 — O requerimento de admissão ao concurso deverá ser acompanhado da seguinte documentação, sob pena de exclusão:

- a) *Curriculum vitae* detalhado, datado, assinado e atualizado onde constem, respectivamente, as funções que tem exercido e a formação

profissional que possui, devidamente comprovada, sob pena de não ser considerada;

- b) Projecto de intervenção na Escola contendo:

Identificação dos problemas;
Definição de objectivos / estratégias;
Programação das actividades a realizar no mandato;

c) Declaração autenticada, do serviço de origem, onde conste a categoria, o vínculo e o tempo de serviço;

d) Fotocópia autenticada, ou certidão, do documento comprovativo das habilitações literárias;

e) Fotocópia autenticada, ou certidão, dos certificados relativos à formação profissional realizada;

f) Fotocópia do Bilhete de Identidade e do número de identificação fiscal do contribuinte ou fotocópia do cartão do cidadão.

3.1 — Os candidatos podem ainda indicar quaisquer outros elementos devidamente comprovados, que considerem ser relevantes para a apreciação do seu mérito;

3.2 — É obrigatória a prova documental dos elementos constantes do currículo, com excepção daqueles que se encontrem arquivados no respectivo processo individual e este se encontre nos Serviços de Administração Escolar da Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Dr. João Lúcio.

4 — Verificação dos requisitos de admissão — A lista dos candidatos admitidos e excluídos ao concurso será afixada, em lugar próprio, na Escola Sede do Agrupamento, no prazo de 10 dias úteis após a data limite de apresentação das candidaturas e divulgadas no mesmo dia na página electrónica do Agrupamento, sendo estas as únicas formas de notificação dos candidatos.

5 — Na falta ou ininteligibilidade de algum dos documentos constantes no ponto 3. do presente Aviso, o candidato será notificado pelo meio mais imediato, das deficiências encontradas na candidatura, tendo um prazo de um dia útil, após a recepção dessa notificação, para as suprir através de requerimento a apresentar nos Serviços de Administração Escolar da Escola Sede do Agrupamento.

6 — Impugnação da lista de admissão — A apresentação de qualquer recurso sobre a não admissibilidade de uma candidatura deverá ser dirigida, no prazo de três dias úteis após a divulgação da lista de candidatos admitidos ou excluídos, à Presidente do Conselho Geral Transitório e entregue nos Serviços de Administração Escolar da Escola Sede do Agrupamento, no horário referido no ponto 2 deste Aviso.

7 — Na apreciação das candidaturas é considerado o estipulado no n.º 3 do artigo 7.º da Portaria n.º 604/2008, de 9 de Julho.

8 — Enquadramento legal — Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril, Portaria n.º 604/2008, de 9 de Julho, e Código do Procedimento Administrativo.

9 — O resultado da eleição do Director é homologado pelo Director Regional de Educação do Algarve nos 10 (dez) dias úteis posteriores à sua comunicação pela Presidente do Conselho Geral Transitório, considerando-se após esse prazo tacitamente homologado.

10 — A comunicação do candidato eleito será afixada, em local próprio, na Sede do Agrupamento e divulgada na respectiva página electrónica, após o conhecimento da respectiva homologação.

11 — O Director toma posse perante o Conselho Geral Transitório, nos 30 (trinta) dias subsequentes à homologação dos resultados eleitorais pelo Director Regional de Educação do Algarve.

27 de Março de 2009. — A Presidente do Conselho Geral Transitório, *Cláudia Cristina Carmo Alves Viegas*.

201624709

Agrupamento Vertical de Escolas 2, 3 João da Rosa

Aviso n.º 7677/2009

Concurso público para director

1 — Nos termos dos artigos 21.º e 22.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril, e da Portaria n.º 604/2008, de 9 de Julho, faz-se público que se encontra aberto, pelo prazo de 15 dias úteis a contar do dia seguinte ao da publicação do presente Aviso no *Diário da República*, o procedimento concursal prévio à eleição do Director do Agrupamento Vertical EB 2,3 João da Rosa.

2 — Os requisitos de admissão ao concurso são fixados nos pontos 3 e 4 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril e no artigo 2.º da Portaria n.º 604/2008, de 9 de Julho.

3 — As candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento em modelo próprio (minuta “Requerimento” disponibilizada em <http://www.eb23-joao-rosa.rcts.pt> ou nos serviços administrativos da Escola),